

## O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA À LUZ DA GESTÃO ESCOLAR

Ramon Roberto de Jesus Barroso <sup>1</sup>  
Thais Silva Trindade das Mercês <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo trata da temática do enfrentamento da homofobia por meio de atividades desenvolvidas pela gestão escolar. Seu objetivo geral é compreender as estratégias utilizadas pela gestão escolar no enfrentamento à homofobia no contexto da Educação Básica. É uma pesquisa qualitativa (FLICK, 2009) de natureza bibliográfica que teve como base uma literatura especializada e contemporânea de autores que discutem a temática pesquisada, tais como: Barros (2013), Lück (2009), Miskolci (2010), Moraes (2017), Veiga (1998), Vasconcellos (2010), entre outros. Os resultados apontam para a importância da gestão escolar na identificação e enfrentamento da homofobia na escola, pois, a partir da elaboração e proposição de projetos interdisciplinares e de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que resguardem os princípios de uma educação igualitária para todos(as) os(as) alunos(as) com base em uma educação em direitos humanos, como uma estratégia de combate a homofobia na escola, a equipe gestora passa a desenvolver um papel fundamental no que tange o incentivo à discussão e a formação continuada da comunidade escolar para tratar e lidar com a referida problemática de maneira mais qualificada, assim, tornando o seu enfrentamento mais efetivo no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Homofobia, Gestão Escolar, PPP.

### INTRODUÇÃO

A homofobia, é um tipo de violência e uma forma de violação de direitos sexuais de pessoas LGBTQIA+<sup>3</sup> que ocorre quando são direcionadas atitudes discriminatórias que se manifestam através de um tratamento de inferioridade, anormalidade, aversão e repulsa contra esse público. Esse tratamento é baseado em uma lógica heteronormativa como padrão de normalidade, que pode vir à fazer vítimas fatais deste tipo de violência. Atos homofóbicos são praticados de inúmeras formas e em distintos ambientes sociais, dentre eles, a escola.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação -PPGED da Universidade do Estado do Pará - UEPA, [robertoramon787@gmail.com](mailto:robertoramon787@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica pelo Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: [profathaismercês@gmail.com](mailto:profathaismercês@gmail.com).

<sup>3</sup> A sigla LGBTQIA+ engloba pessoas que são lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e demais identidades e orientações sexuais não normativas.

O interesse pelo tema surge ao observar e vivenciar enquanto docentes, pesquisadores e pessoas LGBTQIA+ que a homofobia enquanto violação de direitos sexuais é um fenômeno recorrente no cotidiano da Educação Básica. Alunos e alunas que adotam uma orientação sexual fora do padrão da heteronormatividade sofrem, na maioria das vezes, preconceito e discriminação que partem de colegas de sala de aula, professores e professoras e da própria gestão escolar, acarretando prejuízos para o processo de ensino-aprendizagem e por consequência, em casos extremos, a evasão escolar.

A equipe gestora como responsável pelo bom andamento das relações que permeiam o ambiente escolar, deve proporcionar condições adequadas de trabalho para professores e professoras e meios para garantir o direito à escolarização e permanência de alunos e alunas. Vista como instância democrática, a gestão escolar necessita de um olhar voltado para questões sensíveis ao âmbito educacional, tais como, promover ações de enfrentamento à homofobia em seu cotidiano.

Diante de tais assertivas, elenca-se a questão problema que delimita esse estudo: Como a gestão escolar pode atuar no enfrentamento à homofobia presente no cotidiano das instituições de Educação Básica?

Para responder tal questão, propõem-se como objetivo geral: Compreender as estratégias utilizadas pela gestão escolar no enfrentamento à homofobia no contexto da Educação Básica. Para alcançar este objetivo delimitou-se três objetivos específicos, quais sejam: a) analisar a relação entre homofobia e escola; b) discutir o papel da gestão escolar no enfrentamento à homofobia; e c) debater a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento de enfrentamento à homofobia.

A metodologia utilizada neste estudo traz uma abordagem qualitativa da pesquisa em educação por se tratar de um fenômeno social. Além disso, caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica que lançou mão de literaturas especializadas em livros, artigos, teses e dissertações. Nesse sentido, reunimos alguns referenciais teóricos contemporâneos que tratam do tema principal deste artigo, tais como Miskolci (2010), Abramovay (2015) que discutem a homofobia na escola; Lück (2009), Veiga (1998) e Vasconcellos (2010) que pesquisam sobre gestão escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP); e artigos publicados entre os anos de 2010 e 2020 em periódicos de educação, privilegiando os seguintes descritores de busca: Homofobia na escola; Homofobia e Gestão escolar; Homofobia e Projeto Político Pedagógico.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, no qual nosso fenômeno problematizado está imerso nas relações sociais que são estabelecidas no campo educacional, coadunando com a perspectiva de Flick (2009, p. 20) que evidencia que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância aos estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”.

Este artigo não pretende quantificar informações sobre nosso fenômeno, nesse caso, a homofobia e o papel da gestão escolar em seu enfrentamento, mas, busca-se compreender sentidos e significados sobre a homofobia no ambiente escolar, apresentando possibilidades para o seu enfrentamento a partir do olhar da gestão escolar que exige uma sensibilidade dos pesquisadores ao mesmo tempo sua imersão no campo de estudo, rompendo com a neutralidade que caracteriza as pesquisas positivistas, visto que este fenômeno se manifesta na realidade, por isso faz-se necessário investigar-se nela.

Nessa perspectiva, segundo Flick (2009, p. 25), diferente da pesquisa quantitativa, “os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção do conhecimento, em vez de simplesmente considerá-lo como uma variável a interferir no processo”. A homofobia é produzida e ao mesmo tempo transformada no cerne das relações sociais. Ao considerar essa ideia, enfatizamos que enquanto pesquisadores, docentes e sujeitos LGBTQIA + fazemos parte da dinâmica do fenômeno investigado ao vivenciar a problemática suscitada.

O presente estudo de natureza teórica, tem como base os pressupostos da pesquisa bibliográfica. Para Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” Dessa forma,

Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 12).

Por meio da pesquisa bibliográfica, utilizou-se como dados, literaturas contemporâneas a respeito da temática deste estudo, mais precisamente, livros e artigos sobre homofobia na escola, com destaque para as obras de Miskolci (2010) e Abramovay (2015); Lück (2009), Veiga (1998) e Vasconcellos (2010) que pesquisam sobre gestão escolar e Projeto Político Pedagógico (PPP).

Realizou-se uma busca no google acadêmico com intuito de localizar artigos publicados entre os anos de 2010 e 2020 em periódicos de educação, privilegiando os seguintes descritores de busca: Homofobia na escola; Homofobia e Gestão escolar; Homofobia e Projeto Político Pedagógico, no qual, encontrou-se os artigos de Barros (2013) que aborda a questão do enfrentamento a homofobia no PPP e Moraes (2017) que aponta estratégias para a gestão escolar diante da homofobia presente na escola.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Com o crescimento da escolarização, decorrente da necessidade de universalização da educação para toda a população brasileira, pautada na Constituição Federal de 1988, a escola tem se tornado um ambiente constituído de grande diversidade social, recebendo alunos e alunas de diferentes classes sociais, religião, etnia, gênero, entre outros marcadores sociais. Essa novidade, não exime que o ambiente escolar seja palco de diversas contradições, que colaboram para situações de preconceito e discriminação, como é o caso da homofobia.

### A relação entre homofobia e escola

Recorre-se ao termo homofobia para designar qualquer ato de hostilidade aos sujeitos que supostamente sentem desejo ou têm relações sexuais com indivíduos de seu próprio sexo (BORRILLO, 2009). A homofobia se caracteriza por atitudes de aversão e negação contra pessoas que adotam uma identidade de gênero ou orientação sexual divergente do padrão heteronormativo, nesse caso o público LGBTQIA+.

A homofobia tem sido tema recorrente de discussões mais recentes que buscam o seu enfrentamento em diferentes esferas da sociedade. Pessoas LGBTQIA+ são aferidas de discriminação em diversos ambientes e/ou instituições sociais, entre elas, as escolas, as instituições religiosas, as empresas, o esporte, entre outras, que tornam práticas homofóbicas institucionalizadas e de difícil desconstrução social.

No caso das escolas brasileiras, estudos revelam que a homofobia opera como uma das principais formas de discriminação presentes nesse espaço. Essa problemática pode ser visualizada no livro **Juventudes na escola: sentidos e buscas**, de autoria de Miriam Abramovay, publicado no ano de 2015. Este estudo traz resultados de uma pesquisa onde 19,3% dos(as) estudantes entrevistados, indicaram sujeitos homossexuais, transgêneros e travestis

como as pessoas que não queriam ter como colegas de classe, sendo os (as) jovens do Ensino Médio os que mais rejeitam esse público (ABRAMOVAY, 2015).

A **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015** (ABGLT, 2016), reafirma tais dados ao investigar as experiências escolares de adolescentes e jovens LGBTQIA+. Essa pesquisa destacou que 73% dos(as) estudantes LGBTQIA+ já sofreram agressão verbal motivada pela sua orientação sexual, enquanto 68% dos(as) entrevistados(as) sofreram agressões decorrentes da sua identidade/expressão de gênero. Além disso, a pesquisa afirmou que a maioria dos(as) estudantes consideravam ineficazes as respostas dos profissionais das escolas para impedir as agressões.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE) em pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) e divulgada na Revista Aprendizagem em Foco concluiu que as “principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar eram homossexuais, negros e pobres” (APRENDIZAGEM EM FOCO, 2016, p. 1). Os dados dessa pesquisa revelaram que 41% dos alunos que sofriam algum tipo de discriminação eram homossexuais, apontando que esses sujeitos normalmente tinham seu desempenho escolar afetado.

Segundo Moraes (2017), a homofobia é uma das violências que mais causam impacto para a aprendizagem, gerando entraves no processo educacional, entre eles, a evasão e reprovação escolar. Segundo a autora:

A violência que mais tem impactado nas aprendizagens, tanto quanto geram índices de evasão e reprovação, estão relacionadas às identidades de gênero (trans, queer e não-binárias), as orientações sexuais (homossexualidade, bissexualidade) e as expressões de gênero que fogem à heteronormatização (MORAES, 2017, p. 9).

A homofobia se manifesta de diferentes formas e causa danos psicossociais na vida das vítimas. A literatura sobre o tema nos aponta que entre os principais danos estão as agressões físicas, psicológicas e/ou verbais, e enfatiza que essas diversas manifestações do fenômeno da homofobia, são, em sua maioria, reforçadas pelo negligenciamento de professores(as), funcionários(as) e gestão escolar ao reduzirem essa problemática a simples brincadeiras entre estudantes, ocultando, dessa forma, a violência sofrida (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Moraes (2017, p. 10) reafirma que a maior parte dos conflitos e das violências em função do gênero e da sexualidade são mascaradas de “brincadeiras” ou consideradas como atos “ingênuos” ou “não intencionais”.

Miskolci (2010) discorre que a escola ensina aos alunos o estranhamento aos LGBTQIA+ ao padronizar o comportamento dos estudantes, ou seja,

A escola ensina a estranhar aqueles que manifestam interesses sexuais por colegas do mesmo sexo, portanto tem papel ativo na transformação de sua diferença em algo que espera que os outros estudantes venham a identificar como incorreto, inaceitável e até mesmo desprezível (MISKOLCI, 2010, p.18-19).

A escola ao silenciar-se diante de situações de homofobia, negando-as e reduzindo-as a brincadeiras, contribui para a permanência dessas práticas, levando aqueles que fogem da norma, a serem considerados estranhos, ensinando os alunos que há um exemplo de “normalidade” a ser seguido que nesse caso é assumir-se enquanto sujeito cis e hétero, portanto rejeitando outras orientações sexuais e/ou identidades de gênero, e colocando-as como os maus exemplos, desviantes da norma, condenados ao desprezo e a rejeição. Os resultados de práticas homofóbicas no ambiente escolar têm surtido efeitos negativos que levam alunos e alunas LGBTQIA+ a evasão escolar e ao baixo desempenho da aprendizagem.

Apesar desses entraves gerados pela homofobia reproduzida no âmbito escolar, acredita-se que a escola é uma das principais instituições de enfrentamento a esse tipo de violência quando cumpre com sua função social de promover uma educação com base em direitos humanos e sociais, que ajude a combater as opressões, dentre elas, as opressões de gênero, com objetivo de garantir a aprendizagem de todos e todas sem distinções

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados da pesquisa bibliográfica estruturam nossa discussão em duas seções, a primeira delas, que discorre sobre a gestão escolar e seu papel no enfrentamento à homofobia. E a segunda seção, que apresenta o PPP como estratégia da gestão democrática para a construção de ações de enfrentamento à homofobia.

### **O papel da gestão escolar no enfrentamento a homofobia**

Lück (2009) afirma que a escola é um ambiente de suma importância para o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, possibilitando a eles conhecerem o mundo e se reconhecerem nele, para que seja criada a capacidade de atuação enquanto cidadãos e cidadãs. Portanto,

é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação (LÜCK, 2009, p. 20).

A escola é composta entre outros, por elementos pedagógicos e humanos, tais como os professores e professoras, os alunos e alunas, funcionários e a gestão escolar. Cada um tem papel a desempenhar para o bom andamento da instituição escolar e dos processos educativos.

A gestão escolar é constituída por uma equipe de profissionais que são responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, “da qual resulta a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente” (LÜCK, 2009, p. 22).

Segundo Lück (2009), a equipe de gestão escolar engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão ou coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria escolar. Respeitando os princípios de gestão democrática, “inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos” (LÜCK, 2009, p. 23).

Lück (2009) ressalta que a gestão escolar compõe uma dimensão importantíssima da educação, pois compete a ela, observar a escola e os problemas educacionais de modo global, buscando, pela visão estratégica e as ações interligadas, modos de superá-los.

Quando se recorre a essa competência, infere-se que é papel da gestão, identificar as cenas de homofobia no contexto escolar e de forma estratégica buscar seu enfrentamento e superação. Segundo Lück (2009, p. 115) ao gestor cabe identificar e compreender “as expressões de preconceitos e tendenciosidades prejudiciais à formação e aprendizagem de todos os alunos e as práticas educacionais convergentes necessárias para esses objetivos”.

Segundo Moraes (2017, p. 9) quanto ao enfrentamento à homofobia, a escola deve “1. Oferecer informações seguras sobre sexualidade; 2. Problematicar a gênese do preconceito; 3. Promover a cultura de paz pela valorização das diferenças e não do reforço à desigualdade; 4. Ensinar a todos”.

Ao estabelecer tais direcionamentos, ressalta-se que para oferecer informações seguras sobre sexualidade, bem como estabelecer um debate crítico sobre esses temas, é necessário que haja formação continuada, e nesse caso, a coordenação pedagógica junto à gestão tem o

compromisso de promover espaços formativos sobre temas voltados às questões de gênero e sexualidade, tanto para si, como para professores, professoras e comunidade escolar.

Ao problematizar a gênese da homofobia, o enfrentamento começa pela desconstrução dos próprios gestores e gestoras que precisam despir-se de seus preconceitos e de qualquer valor moral que contribua para a permanência da homofobia na escola. Nesse sentido, o problema não está no aluno que adotou uma identidade ou orientação fora do “padrão” heteronormativo, portanto o foco não é nele, o foco é na transformação de consciência daquele que o rejeita, que o despreza.

Para promover a cultura de paz pela valorização das diferenças e não do reforço à desigualdade, torna-se importante o incentivo e/ou a ação por parte da gestão para que os professores e professoras desenvolvem práticas pedagógicas de combate às opressões, bem como, criem projetos de ensino e extensão com foco na valorização das diferenças, tendo em vista à promoção de uma cultura de respeito a todos e todas.

Ao desenvolver ações de enfrentamento a homofobia, a gestão resguarda os princípios da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), que estabelece uma educação pautada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, resguardando o princípio de “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, art. III, 2019).

Ao enfatizar que é papel da gestão escolar promover formação continuada em temas voltados para as questões de gênero e da sexualidade, e além disso, construir juntos aos demais setores da escola projetos interdisciplinares que resguardem o princípio de uma educação equitativa para todos e todas, o Projeto Político Pedagógico (PPP), ganha protagonismo como instrumento de gestão democrática onde esses mecanismos podem ser institucionalizados e assim, fazer parte da proposta pedagógica da escola.

### **O projeto Político Pedagógico (PPP)**

O Projeto Político Pedagógico é um documento fundamental para a gestão democrática, garantido pela LDBEN 9394/96. O PPP é a base para o planejamento e acompanhamento das atividades pedagógicas de uma escola, que deve ser elaborado de acordo com a realidade de cada instituição, sendo necessárias revisão e atualização durante o ano letivo.

Nesse sentido, este documento busca o direcionamento para as ações pedagógicas da escola, tendo sentido explícito e compromisso definido de forma coletiva. Para Veiga (1998, p.

1-2) “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária”. A autora reforça o sentido político e pedagógico ao dizer as competências de cada dimensão do PPP. Assim,

É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1998, p. 2).

Nessa perspectiva, o PPP de uma escola deve apresentar metas e objetivos para serem alcançados durante o ano letivo, delimitando as ações à serem desenvolvidas pela comunidade e delineando o perfil de aluno que se pretende formar (BARROS, 2013), contribuindo, “dessa forma, para a constituição de uma sociedade que prime pela democracia, justiça e igualdade de direitos. Nesse viés, esse documento acaba por constituir uma identidade para a escola” (BARROS, 2013, p.13), assim, a identidade da escola materializa-se em “metas, currículo, espaços democráticos, acompanhamento da aprendizagem e relação família–escola” (MORAES, 2017, p. 2).

Na concepção de Veiga (1998, p. 2) deve-se “considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”. Assim, o PPP é um instrumento de gestão que se configura como uma alternativa para a superação da homofobia no interior da escola (MORAES, 2017).

Não há uma estrutura para se construir e fundamentar um PPP, cada escola tem a liberdade para organizar seu próprio documento, no entanto, Vasconcellos (2010) enfatiza três elementos que são articulados entre si e que precisam ser considerados nesse processo, são eles: marco referencial, diagnóstico e programação.

Segundo Vasconcellos (2010, s.p), “o Marco Referencial é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos e compromissos”. Esse marco é composto por três grandes partes: Marco Situacional (onde estamos e como vemos a realidade); Marco Doutrinal ou Filosófico (para onde queremos ir) e o Marco Operativo (que horizonte queremos para nossa ação).

Deve constar no **marco situacional**: histórico da instituição, a caracterização da comunidade escolar, tais como características dos pais, professores, alunos e funcionários. No

**marco doutrinal**, que tipo de sociedade queremos construir, qual a visão de ser humano que se pretende formar, a função social da escola, a organização curricular, avaliação, regimento e calendário escolar e no **marco operativo**, as linhas de ações, as atividades a serem assumidas para mudar a realidade da escola por cada membro, tais como projetos interdisciplinares, formação, papel dos conselhos, das instituições políticas, entre outros (VASCONCELLOS, 2010).

Quando pensamos em construir o marco doutrinal ou filosófico do PPP de uma instituição, ao propor que tipo de sociedade se pretende construir, logo, se pensa que para enfrentar a homofobia é preciso acreditar em uma sociedade igualitária pautada no respeito às diferenças, onde independente da orientação sexual e/ou identidade de gênero, sujeitos LGBTQIA+ sejam vistos como pessoas de direito e respeitadas em suas subjetividades.

Nesse mesmo caminho, pensando em que ser humano se pretende formar, o PPP precisa ser desenvolvido com vistas na preparação de sujeitos para a lidarem com sociedade de forma crítica e tolerante, e para isso, a convivência com o pluralismo de ideias é fundamental para a construção de sua identidade. Assim,

Ao entender o PPP como um documento que deve ser construído a partir das propostas pedagógicas, do tipo de sujeito que se quer formar e da realidade escolar, torna-se importante que as temáticas relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades estejam presentes, pois essas são questões sociais e fazem parte do cotidiano das escolas em diversas situações (BARROS, 2013, p. 15).

Por fim, ao estabelecer as ações no marco operativo e na programação, definindo os projetos a serem desenvolvidos na escola com vistas à superação de problemas educativos cotidianos, aliados a formação continuada para a comunidade escolar, podem ser estabelecidos projetos interdisciplinares e transdisciplinares voltados para a temática da homofobia, visando a ação de educandos e educadores na construção de uma cultura de respeito às diferenças com foco na equidade de direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar tem papel fundamental no enfrentamento à homofobia presente nas instituições de Educação Básica. De forma inicial, esse enfrentamento se dá, quando a equipe gestora torna-se capaz de identificar casos suspeitos de homofobia como uma problemática a ser superada dentro do ambiente escolar. Este movimento só é possível de acontecer quando há a desconstrução de visões de mundo e de valores morais, principalmente, por parte da gestão

escolar, visto que, a equipe gestora, também, pode ser uma das responsáveis pela perpetuação do preconceito, da discriminação e da violência contra alunos(as) LGBTQIA+ dentro da escola básica.

Outro compromisso da gestão escolar é com a formação continuada da comunidade escolar (docentes, técnicos, equipe de apoio, estudantes, familiares, entre outros) para que saibam como tratar de forma qualificada temas que concernem às questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola, além de incentivar a criação e aplicação de projetos de ensino que sejam voltados para uma cultura de paz e respeito às diferenças, pois, dessa forma, estará resguardando os princípios de uma educação de qualidade para todos os alunos e alunas baseada no princípio de uma educação em direitos humanos e justiça.

Tais propostas precisam se fazer presentes no PPP, que é uma estratégia de gestão democrática e um documento que apresenta a identidade da escola, as ações educativas e os programas desenvolvidos para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, para o enfrentamento a homofobia, é necessário um PPP que resguarde os princípios de uma sociedade igual e justa para todos e todas, que vise à formação de alunos (as) críticos e que saibam lidar com as diferenças existentes na sociedade de forma respeitosa, evidenciando, dessa forma, o compromisso e a função social da escola de formar cidadãos que saibam conviver democraticamente em sociedade, respeitando os direitos sociais de todos(as), independente de classe social, orientação sexual, gênero, sexualidade, etnia, raça, entre outros demarcadores sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. p. 277-303.

ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?**. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARROS, S. da C. Corpos, gêneros e sexualidades: questões que integram o PPP. **Rev. Diversidade e Educação**, v.1, n.1, p. 14-16, jan./jun. 2013.

BORRILLO, D. A homofobia. *In*: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (orgs.). **Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, EdUNB, 2009. p. 15-46.

BRASIL. LDB (2019). **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. *In*: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. (orgs.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2010. p. 13-25.

MORAES, S. P. de. Práticas escolares: homofobia e resistências – a construção de um campo crítico de conhecimento. **Revista Educação**, v.12, n.1, p. 7-14, 2017.

Silêncio da escola em relação à diversidade sexual prejudica a todos. **Aprendizagem Em Foco**, Nº 11, mai. 2016. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/11/>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino- Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.

VEIGA, I. P. da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: \_\_\_\_\_. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.1-12

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.